



Violência de gênero: o caso da Universidade Federal Fluminense

Gender-based violence: the case of the Fluminense Federal University

Rita de Cássia Santos FREITAS*

<https://orcid.org/0000-0001-8251-9997>

Monique de Souza CARVALHO**

<https://orcid.org/0000-0002-0132-2808>

Rafaella Musmanno GONÇALVES***

<https://orcid.org/0000-0002-2183-8617>

Resumo: O presente artigo apresenta reflexões acerca dos resultados obtidos através da pesquisa “Observatório de Violência de Gênero – Analisando a Universidade Federal Fluminense”, que teve por objetivo analisar a violência de gênero nos diferentes campi dessa universidade, além de captar o grau de conhecimentos dos diferentes sujeitos acerca desse fenômeno e da sua rede de enfrentamento. Através da utilização de métodos de pesquisa de revisão bibliográfica e análise de dados quali-quantitativos, examinou-se os dados coletados junto aos alunos, funcionários e professores da UFF. O artigo enfoca os resultados dessa pesquisa, que foi descontinuada, mas que sustenta a sua validade científica ao contribuir para o adensamento da discussão da violência de gênero e a construção de políticas públicas nesse âmbito, ainda que sem a pretensão de uma análise generalizante.

Palavras-chave: Violência de gênero. Violência contra mulheres. LGBTIfobia. Universidade. Interseccionalidades.

Abstract: This article presents reflections on the results obtained through the research “Observatory of Gender-based Violence - Analyzing the Federal Fluminense University”, which aimed to analyze gender-based violence on the different campuses of this university, in addition to capturing the degree of knowledge of different subjects about this phenomenon and their coping network. Through the use of research methods of bibliographic review and analysis of qualitative and quantitative data, the data collected from UFF students, staff, and teachers were examined. The article focuses on the results of this research, which was discontinued, but that sustains its scientific validity by contributing to the intensifi-

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora Titular do Departamento de Serviço Social de Niterói, da Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Rua Miguel de Frias, 9, Icaraí, Niterói, Rio de Janeiro, CEP.: 24220-900. Email: ritacsfreitas13@gmail.com.

** Assistente Social. Mestre em Política Social. Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. (UFF, Niterói, Brasil). Rua Miguel de Frias, 9, Icaraí, Niterói, Rio de Janeiro, CEP.: 24220-900. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: moniquescarvalho@gmail.com.

*** Assistente Social. Mestranda em Política Social pela Universidade Federal . (UFF, Niterói, Brasil). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Rua Miguel de Frias, 9, Icaraí, Niterói, Rio de Janeiro, CEP.: 24220-900. E-mail: rmusmanno@id.uff.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

cation of the discussion of gender-based and the construction of public policies in this context, although without a pretense of generalized analysis.

Keywords: Gender-based violence. Violence against women. LGBTI+phobia. University. Intersectionalities.

Submetido em: 7/1/2020. Revisado em: 3/8/2020. Aceito em: 14/8/2020.

Introdução – A violência de gênero enquanto fenômeno social

Este texto é resultado de um projeto desenvolvido no âmbito da Universidade Federal Fluminense (UFF), que teve como objetivo mapear a violência de gênero no interior desta¹. Como diz Hannah Arendt (1994), a violência é um fenômeno excludente. O seu *modus operandi* caminha de mãos dadas com o poder, sendo um instrumento a ser utilizado quando o domínio tem a sua capacidade hegemônica enfraquecida. Com tal afirmação, apontamos para o fato de a violência ser, frequentemente, utilizada como um recurso para *domesticar* o diferente.

No amplo leque desdobrado por este fenômeno, interessa-nos aqui a violência de gênero, uma prática que possui as mulheres² e a população LGBTI+³ como sujeitos-alvo. Entendemos por violência contra mulheres “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”⁴ (BRASIL, 1996, não paginado). Por violência contra a população LGBTI+, incluímos a lesbofobia, homofobia, e a transfobia⁵. A homofobia é a manifestação violenta da discriminação de práticas sexuais não heterossexuais e distintas dos padrões hegemônicos masculino e feminino. Já a lesbofobia, é a discriminação direcionada especificamente às lésbicas. A transfobia, por sua vez, é a violência e exclusão contra os sujeitos cuja identidade de gênero não corresponde à socialmente designada de acordo com o seu sexo biológico.

A nossa sociedade pode ser caracterizada como machista, racista, classista e excludente. Desde tenra idade, nos é imposto o modo como devemos nos portar, as roupas que podemos vestir, os espaços que devemos ocupar e, nessa dinâmica, aqueles(as) que se arriscam a ocupar cotidianos que, socialmente, não são vistos como os seus, são tratados de forma violenta. Se no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), somos todos considerados iguais perante a lei e gozamos dos mesmos direitos, por que isso acontece? Bem, essa situação é decorrente, dentre outras coisas, da forma como as relações de gênero são vivenciadas pelas sociedades⁶. É importante considerar não a-

1 O projeto, por falta de verba e apoio institucional, não teve continuidade. Deste modo, apresentamos aqui os dados coletados que, embora não deem conta efetivamente de todo universo investigado, possibilita tecer algumas reflexões e análises.

2 Entretanto, não desconhecemos os efeitos das relações de gênero e da dominação masculina (BOURDIEU, 1999; WELZER-LANG, 2001) também sobre os homens.

3 LGBTI+ é a sigla que se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis Intersexuais e demais pessoas cuja sexualidade diverge da heterossexual hegemônica. O sinal de + adicionado ao final visa a inclusão de pessoas que não estejam evidenciadas na sigla.

4 A informação pode ser encontrada em Brasil (1996).

5 Ver Santos (2016).

6 De acordo com Scott (1995, p. 12), “[...] gênero é o conceito utilizado para demonstrar que os papéis sociais são construções históricas e culturais que tendem a definir o que é ser homem ou o que é ser mulher”.

penas gênero como algo construído socialmente e permeado por relações de poder, mas também como uma categoria que é necessariamente interseccional.

A interseccionalidade é uma das formas de reconhecer a desigualdade social e combater as opressões variadas sofridas pelo mesmo sujeito. Concordamos com Collins (2015) que este conceito deve ser pensado como instrumento político de luta para combater múltiplas opressões. Resultante direta do feminismo negro, a interseccionalidade trabalha na perspectiva de uma relação não hierarquizada entre diversas categorias, como gênero, classe, raça-etnia, sexualidade, geração, necessidades especiais, territórios e outras. Dessa forma, a interseccionalidade:

Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como leis e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Outra dimensão importante é a contestação não apenas da divisão de gênero, mas de uma heteronormatividade compulsória que marca nossa sociedade (ROSENEIL, 2006). Butler (2003) ressalta que a própria categoria de gênero ainda é engendrada sob os moldes heteronormativos e a heterossexualidade ainda é o modo como os corpos, gêneros e desejos são tradicionalmente naturalizados.

Tomando o texto de Jesus como referência, compreendemos que é importante definir que a expressão de gênero é:

[...] a forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Já a identidade de gênero é o gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento [...] identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais, por exemplo, podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero (JESUS, 2012, p. 12-13).

Isso significa refletir que, apesar das genitálias de cada um, isso não é determinante para estabelecer o sentimento de se pertencer a um determinado gênero. Dentro dessa perspectiva, abrem-se espaços para se discutir as diferentes identidades e direitos.

Nesse ponto, devemos inserir a questão da violência. A compulsoriedade da heterossexualidade ocorre quando essa é a única expressão de sexualidade validada socialmente e pode gerar a violência contra aqueles que vão de encontro à essas regras. O representante dessa heteronormatividade é o indivíduo homem, cis, branco e ocidental. Dito isso, chamamos atenção para o fato de que a violência de gênero não se encontra restrita apenas à esfera heterossexual. Acreditamos que a violência perpassa qualquer tipo de relacionamento, heterossexual, homossexual ou bissexual, e as agressões, dentro e/ou fora do espaço doméstico. A universidade não é estranha a essas questões.

No caso da violência contra as mulheres, normalmente tem-se em evidência, na maioria dos estudos desenvolvidos, as relações heterossexuais. Talvez pela *naturalidade* que possui a imagem do casal heterossexual, mas também pelo fato de, no que se refere à violência entre lésbicas, exista a suposição de que entre duas mulheres *isso não aconteceria* (SANTOS, 2012). Santos (2016) enfatiza que, “[...] nesses casos a violência de gênero é acrescida da homofobia e do julgamento negativo da orientação sexual das vítimas” (SANTOS, 2016, p. 6).

Esses julgamentos e atos violentos tendem a se agudizar no caso das travestis e transgêneros. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo é uma atitude política e acadêmica a ser desenvolvida (ALMEIDA, 2012). É necessário compreender a violência como um fenômeno complexo, bem como atentar às suas diversas condicionantes, pois envolve a relação entre sujeitos, instituições, a política e a cultura.

Nesse aspecto, pode-se afirmar que a violência de gênero ocupa os espaços domésticos e intrafamiliares, mas acontece também nos espaços públicos. Freitas (2013) enfatiza a importância da intervenção do Estado, através da criação de políticas públicas para que se possa garantir efetivamente a cidadania plena dos sujeitos – cis e trans. A violência de gênero, como afirmam Freitas e Barros (2018, p. 12) “[...] é um tema que envolve a secretaria de assistência, mas também da saúde, educação, cultura, habitação, e outras que devem sentar para conversar”. A universidade deve participar dessa conversa:

A participação da Universidade Federal Fluminense nesses caminhos, a partir do cotidiano que vivenciamos pode proporcionar o diálogo e o trabalho conjunto, bem como a construção de resultados integrados, promovendo a troca entre os diferentes tipos de saberes, 'acadêmicos' e 'populares' e a consolidação de uma pesquisa ativista – com todas as dificuldades que essas relações podem trazer (FREITAS; BARROS, 2018, p. 14).

Essas autoras trabalham na perspectiva da ecologia dos saberes (SANTOS, 2007). Ou seja, nesse processo, não se reconhece apenas a pluralidade dos saberes, mas também a não hierarquização destes. Na academia, tende-se a valorizar apenas o conhecimento construído dentro das salas de aulas e laboratórios. Há a necessidade de exercitar a nossa escuta quanto aos movimentos que nos cercam para além da academia. É imperioso o entendimento de que os conhecimentos e saberes, *populares* ou acadêmicos, devem funcionar como *vasos comunicantes*, como diz Munanga (2018), “[...] numa relação de complementariedade mutuamente enriquecedora” (MUNANGA, 2018, p. 23).

A violência está presente na vida social. Assim, é relevante o comprometimento que a universidade assume estudando os indicadores desse fenômeno e evidenciando suas causas para, eventualmente, trazer contribuições para seu enfrentamento. Entretanto, trazer a sociedade para dentro desses muros é um desafio intensificado na conjuntura atual, onde a educação pública brasileira sofre com a redução do repasse de verbas. É de suma importância que esta educação seja reconhecida como investimento pelo poder público, e não apenas como um gasto. Enfatizamos que as universidades devem ser vistas como parceiras nas redes de atendimento à população, pois há um saber acumulado que tem a potencialidade de contribuir para a construção de políticas públicas.

Concomitantemente, a universidade também precisa olhar para dentro de seus muros e foi a isso que nos dedicamos quando pensamos nesta pesquisa. Nos próximos itens, apresentaremos um pouco de nossa universidade e a análise dos dados.

A Universidade Federal Fluminense – UFF

A UFF conta com 32 unidades de educação superior, 7 polos universitários no interior, 27 polos de educação à distância, 94 departamentos, 1 hospital universitário, 1 hospital veterinário, 1 fazenda escola e 1 núcleo experimental (ambos vinculados à Faculdade de Veterinária) e 1 colégio universitário que oferece o ensino fundamental e médio. Possui 2.927 docentes (mais de 70% com doutorado), 3.890 funcionários técnicos administrativos (de nível médio e superior), 1.508 funcionários subcontratados e 55.281 estudantes (30.000 graduandos, 3.430 no ensino à distância, 5.583 em programas de pós-graduação *stricto sensu*, e 16.268 no *lato sensu*⁷).

Nesse espaço, assim como tantos outros, também se reproduz violências, fato analisado em nossa pesquisa. O caminho escolhido para se debruçar acerca desse fenômeno foi a elaboração de um questionário que, em sua versão final, contou com 40 perguntas e foi respondido por um total de 742 pessoas (com a margem de erro 0,33). Este instrumento de pesquisa foi debatido por todas as integrantes do estudo, estudantes e professoras. Assim, foi utilizado o *google forms* (uma ferramenta de criação de formulários do *google*, com funcionamento *online*) de modo a atingir um maior número de sujeitos. O questionário foi encaminhado, a partir do setor de comunicação da reitoria, a todos os sujeitos sociais que compõem a UFF, através do endereço de e-mail institucional. Como a pesquisa foi descontinuada, apresentamos aqui os dados que conseguimos coletar, sem a pretensão de tecer análises generalizantes.

É importante frisar que, no processo, houve o sigilo das identidades dos participantes. Entretanto há a informação do seu vínculo com a instituição: 74,2% são estudantes de graduação, 8,6% corresponde aos estudantes de pós-graduação, 16,6% são servidores públicos e, por fim, 0,6% das respostas foram enviadas por profissionais terceirizados. Não há o registro da participação de professores(as), embora seja notável o engajamento de sujeitos sociais dos mais variados cursos e *campi* da instituição, houve prevalência das unidades de Niterói.

Resultados alcançados

Das 742 pessoas que responderam o questionário, 60,9% se declaram do sexo feminino e 39,1%, masculino. Em números cardinais, isso representa 452 pessoas do sexo feminino e 289 do sexo masculino, respectivamente. Quanto à expressão de gênero, 98,8% se declaram cisgênero (que se identificam com o sexo biológico), o que pode acusar a latente ausência de pessoas transgêneros nos ambientes acadêmicos. Apenas 2% das pessoas se definiram aquém da cisgeneridade, tais como gênero fluido, gênero contextual, travesti e transgênero.

⁷ Dados retirados do site: <http://www.uff.br/?q=uff-em-numeros-o>. Acessado em: 28 ago. 2019.

Com relação à orientação sexual, 73,3% das pessoas se declaram “heterossexual”, 14,9% “bissexual”; 10,9% “homossexual” (correspondendo a gays e lésbicas) e menos de 1% definiram a sua sexualidade enquanto “asexual”, “pansexual”, “demissexual” e “em algum ponto entre bissexual e homossexual”⁸.

No que diz respeito ao perfil etário, a pesquisa atingiu um perfil de jovens adultos, entre 21 a 30 anos, sendo responsáveis por 43% das respostas; no entanto, também houve o envolvimento de pessoas mais velhas, entre 51 e 60 anos, que representam 7% da participação total.

Para traçar o perfil étnico-racial dos pesquisados, optou-se por utilizar a nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como era suposto, visto que a universidade ainda é um espaço predominantemente branco, mais da metade das pessoas se declararam de cor “branca”, correspondendo a 67% (494 pessoas). Além disso, 23,8% (172 pessoas) se declararam “parda”; 9,4% (70 pessoas) “preto” e menos de 1% se declarou “amarelo” ou “indígena”. A cor é um marcador social relevante. Uma das participantes da pesquisa nos reiterou essa condição no seguinte comentário: “*Nunca sofri violência, mas já senti a insegurança por ser mulher negra*”.

A maior parte das respostas obtidas foi de estudantes da graduação, correspondentes a 74,1% das respostas; os estudantes de pós-graduação representam 8,6% da participação. No que tange aos funcionários da instituição, os servidores públicos representam 16,6% das respostas, enquanto os trabalhadores terceirizados constituem menos de 1%. O vínculo institucional é um valioso dado, pois nos orienta sobre possíveis relações hierárquicas neste contexto e em como essas podem ou não afetar o convívio de todos. Interessante apontar a inexistência de respostas por parte dos professores. O questionário foi mandado para o *e-mail* institucional e, talvez, um dos fatores para explicar essa ausência seja o fato dos professores não acessarem muito esse *e-mail*. Não podemos deixar de considerar sistemático, entretanto, que nenhum professor tenha respondido. Podemos pensar em outras hipóteses, como a falta de tempo, ou também a possibilidade de tal tema não ter despertado muito interesse em sua resposta.

Foi possível notar com a pesquisa, que a temática da violência tem sido mais debatida dentro da universidade e muitos dos que participaram apontam para as diversas formas que esse tipo de violência pode assumir. Leiamos o relato de uma estudante: “*a violência não se manifesta apenas num ato de agressividade, mas restringir as oportunidades por questões de gêneros, também é violência, e desse tipo, poucos tem discernimento quanto à violência que sofrem*”.

Há também relatos que nos mostram que alguns tipos de violência são reconhecidos como *menos prejudiciais* e encarados enquanto agressões corriqueiras, como nesse depoimento de uma estudante: “*Não sei se posso dizer que já sofri violência (apanhar, estupro – nunca ocorreu comigo). Porém já sofri micro agressões, escutar que não posso fazer algo, ser subestimada pelo gênero, e assédios na rua*”. A violência simbólica

⁸ Os trechos e frases em itálico, neste texto, se referem às falas escritas por aqueles que responderam ao questionário.

(BOURDIEU, 1999) aqui se desenha de forma nítida, como se fosse possível hierarquizar as formas de violência ou os efeitos sentidos pelas pessoas.

A universidade tem o dever de evidenciar esse debate e fortalecer ações que busquem tirar da invisibilidade essas violências naturalizadas socialmente. Temos que frisar que não é normal alguém ser obrigado a lidar com olhares, intimidações e comentários obscenos diariamente. É violência e esta pode ser cometida e sofrida sem que seja percebida. Outra estudante nos confirma essa situação quando relata que *apenas hoje sei que certos fatos eram violência*. A naturalização, especialmente da violência de gênero, é algo que nos acompanha historicamente. Assim, fica perceptível nos relatos a compreensão de que nem sempre as pessoas percebem quando estão sofrendo violência.

Quando questionado *Você já sofreu violência de gênero?*, 324 participantes da pesquisa responderam afirmativamente, isso equivale a cerca de 43%. É incontestável que esse seja um número expressivo. Nos comentários, algumas causas são apontadas: além da naturalização, é “[...] muito comum a violência contra a comunidade LGBT feita pelos próprios meios de comunicação”. Assim como há quem reconheça que “[...] a intolerância e a falta de respeito provocam todo tipo de violência”. (Estudante da UFF).

Os relatos de homofobia estão presentes: “[...] ser gay - e assumido - é bem complicado. Na escola, sofri muito por causa dos ‘valentões’ hétero. Inclusive, fui difamado [...], fui ameaçado” (Estudante da UFF). Pudemos observar que algumas das pessoas reconhecem a violência, ainda que não a tenham sofrido e se mostram empáticas e revoltadas com a manutenção desse tipo de atitude:

Embora eu não tenha sofrido violência de gênero, percebo situações em que pessoas, incluindo colegas de trabalho, manifestam preconceito ou fazem piadas/comentários relacionadas aos LGBTs com teor discriminatório [...] reforçando a ideia que são indivíduos que merecem menos ou nenhum respeito (Funcionária da UFF).

Ao questionarmos os locais onde a violência foi cometida, fora do espaço acadêmico, era possível marcar mais de uma opção, o que evidenciou a diversidade dos locais onde essa acontece. Os dados nos trazem que 44% das pessoas sofreram violência na “rua”; 19% na “rua e em casa”; 15% na “rua, em casa e no trabalho”; 9% na “rua e no trabalho”; 7% em “casa”; 4% no “trabalho”; e 2% em “casa e no trabalho”. Se considerarmos o trabalho enquanto espaço público, vemos que “a rua” aparece em quase todos os itens marcados: esta continua sendo um lugar de perigo para mulheres e para a população LGBTI+. É válido ressaltar que 40,4% das pessoas declararam que foram vítimas da violência de gênero mais de duas vezes e que 10,6% afirmaram acreditar que a sua raça/etnia possa ter sido um potencializador para o ato violento que sofreu, dados que reafirmam a necessidade de se adotar um olhar interseccional em nossas análises.

Contudo, a violência também atravessa o espaço universitário: 29,9% das pessoas afirmam ter sofrido algum tipo de violência de gênero na UFF. Quando perguntados sobre quem cometeu a violência, as respostas nos indicam diferentes sujeitos. Entretanto, os comentários mais recorrentes apontam para os professores como os principais perpetradores, especialmente com comentários misóginos em sala de aula: *vários professo-*

res fazem ‘piada’ com mulher, e isso já constrange bastante [...]”, e “os professores [...] faziam comentários e tinham atitudes machistas e deploráveis para com as alunas”. (Estudante da UFF).

A seguinte fala retrata bem o comportamento de colocar na mulher e nas suas roupas a “culpa” pela violência que sofrem ou podem sofrer: “O professor disse a minha colega que ela estava provocando ele com a roupa que ia na aula e que ela deveria parar com isso” (Estudante da UFF). Por fim, uma exclamação de uma estudante nos possibilita conhecer mais profundamente um desses espaços: “Chega de violência psicológica vinda de professores do ciclo básico da engenharia!”. Não se quer individualizar um único curso, mas o fato de ser um curso historicamente formado por homens, faz a presença de mulheres nesses espaços agir como um elemento disruptor da violência. A referência a esse curso aparece mais de uma vez nos relatos. No site⁹ de transparência da UFF, é possível observar que os cursos de engenharia são compostos, em média, por um corpo discente 75% masculino. Podemos pensar na violência institucional acrescida, nesse caso, da violência de gênero.

O fato de estar em cargos hierarquicamente superiores aparece como um elemento potencializador da violência:

Alguns professores [...], aqueles que exercem cargos funcionais como coordenação de cursos, abusam da autoridade em especial com as mulheres, através de tratamentos rudes, grosseiros e abusivos, que não se repetem em frequência e gravidade com homens (Estudante da UFF).

Esse tipo de violência é relatado não apenas na relação professor/aluno, mas também professor/funcionários.

Eu vinha sofrendo assédio moral e perseguição no ambiente de trabalho, tentei mudar de setor, a CPTA conduziu com extremo despreparo o meu caso, contaram para a chefia do departamento que eu havia pedido remoção, o que piorou a minha situação. Fui atacado com homofobia e gritos, entrei em depressão, fiquei 2 anos afastado e, mesmo agora, 3 anos depois do episódio eu ainda carrego as cicatrizes psicológicas e choro sempre que lembro disso (Funcionário da UFF).

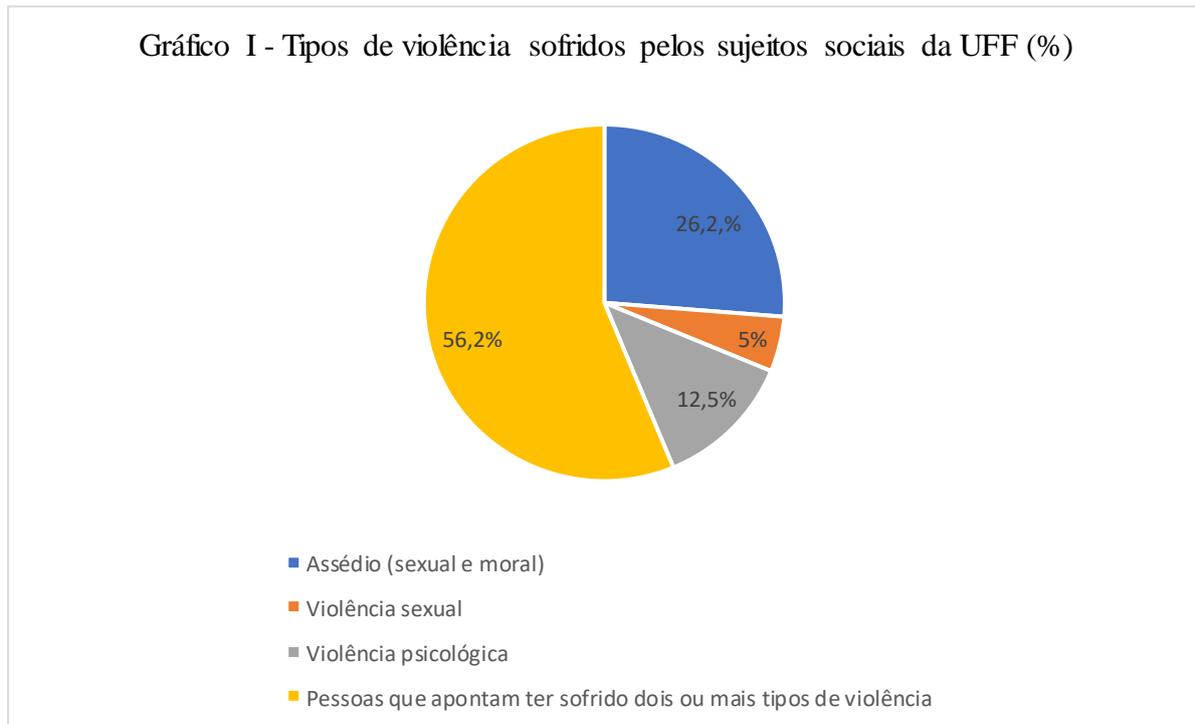
Verificou-se também ações de assédio cometidas por parte dos funcionários, conforme o seguinte relato:

Penso que a UFF dispõe de serviços terceirizados e funcionários que deveriam ser informados sobre o comportamento de urbanidade, respeito e educação no local de trabalho. Não é porque a UFF é uma instituição pública que dentro do campus podem agir como querem. Há muitos homens, principalmente na segurança, que são debochados e assediam mulheres e estudantes. [...] (Estudante da UFF).

No entanto, os relatos de algumas estudantes evidenciam que o corpo discente também comete a violência: “[...] infelizmente estas pessoas estudam comigo e cometeram

⁹ A informação pode ser encontrada em: <https://app.uff.br/transparencia/perfil_graduando>. Acesso em: 28 jul. 2018.

estes atos em sala de aula e na frente dos professores e em eventos acadêmicos”. Mas os professores são os agentes mais citados, especialmente no que se refere ao assédio. No gráfico a seguir, pode-se observar que os tipos de violência são variados. O assédio e a violência psicológica são os mais recorrentes, sendo apontados por todos aqueles que afirmam ter sofrido dois ou mais tipos de violência.



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras, com base nos dados da pesquisa.

Ainda que os sujeitos reconheçam que sofrem ou já sofreram violência de gênero nesse espaço, muitas dessas violências não são denunciadas, tanto por falta de informação sobre apoio/suporte institucional, quanto por medo de sofrer algum tipo de retaliação. Apenas 10,8% das pessoas afirmaram ter procurado apoio dentro da instituição. É difícil precisar os motivos para tal fato, mas acreditamos que a desinformação e o medo figurem dentre esses. É o caso do relato a seguir:

Falta na universidade um maior preparo em relação a essas questões, especialmente quando não é uma situação pontual. Não é pouco comum alunas relatarem assédio de professores, e elas terem procurado o Departamento e terem sido recebidas com pouco caso. O medo ou a sensação de impunidade são duas grandes causas que inibem as denúncias (Estudante da UFF).

Para os casos de manifestação violenta, a UFF disponibiliza um serviço de Ouvidoria que pode ser acessado presencial ou eletronicamente. A questão é que essa divulgação não parece ser suficiente, como se pode observar no comentário: “A UFF não divulga seus canais de atendimento e alunos, professores e servidores não sabem como lidar sobre as violências sofridas”. Os comentários ainda destacam que a Ouvidoria não é o único espaço em que procuraram acolhimento/apoio, há quem diga ter procurado apoio psicológico, psiquiátrico, Delegacias Policiais (instituições externas), docentes da instituição. A maior parte das pessoas, cerca de 25%, afirmaram que procuraram por

Coletivos que tratam da violência de gênero. Na lista, os Diretórios Acadêmicos também são apontados por 6% das pessoas. Tais questões também foram encontradas na pesquisa de Carvalho (2019) que, ao trabalhar com a perspectiva dos estudantes acerca da violência perpetrada contra as mulheres na UFF, constatou uma complicação os Diretórios Acadêmicos, mesmo os tidos como mais progressistas, ainda que procurados em casos de violência, muitas vezes não sabem como proceder. Assim, a pergunta que surge é “para quem encaminhar a denúncia”?

É preciso pensar que mesmo quando se realiza a denúncia, a sensação de impunidade e impotência se faz presente. Inclusive, os casos que envolvem os assédios morais são os menos debatidos e denunciados. O medo da retaliação e das possíveis consequências resultantes da denúncia são umas das maiores barreiras para que essa violência seja visibilizada, como neste caso trazido por uma funcionária: “Tive que insistir para abrir uma sindicância dentro da universidade, mas em momento algum me senti encorajada a denunciar pelas instâncias superiores”.

Esses dados, ademais, comprovam o que outras pesquisas a nível nacional já evidenciam. A pesquisa *Violência contra a mulher no ambiente universitário*, realizada pelo Instituto Avon (2015), aponta que 2 em cada 3 universitárias brasileiras já sofreram algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário. Nessa mesma pesquisa, foi verificado que 42% das mulheres entrevistadas já sentiram medo de sofrer violência no espaço universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo.

Em relação aos dados de violência contra a população LGBTI+, o Atlas da Violência (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019) não tem dúvidas em afirmar o aumento da violência contra esse segmento, sobretudo após 2016¹⁰. Apesar da dificuldade na obtenção dos dados, o relatório aponta o aumento das denúncias de homicídio contra a população LGBTI+, “[...] saindo de um total de 5 casos, em 2011, para 193 casos, em 2017. Apenas no último ano houve um crescimento de 127%”. Ao trabalhar com esses dados, nunca é demais alertar para sua subnotificação e que por vezes esses aumentos podem também ser considerados um aumento não da violência, em si, mas de sua denúncia, o que caracteriza a importância da existência de políticas e instrumentos que permitam essas denúncias, bem como divulguem essa questão. A falta de dados estatísticos oficiais relativos à violência contra a população LGBTI+ é um desafio central para a garantia de direitos para essas pessoas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019). Diante da escassez de referências, a criação de dispositivos para a coleta de informações é um desafio central para a criação de políticas que possam garantir os direitos humanos desses segmentos.

De fato, a violência de gênero na UFF se revela através das suas mais variadas faces: violência sexual, violência física, violência psicológica, violência moral, assédio sexual e

¹⁰ O relatório inicia essa sessão exatamente destacando dois pontos centrais: a gravidade do tema e a invisibilidade que o cerca, uma vez que não se encontram dados oficiais e estatísticas para análise. Por exemplo, não se sabe nem ao menos qual é o tamanho da população LGBTI+, o que inviabiliza cálculos de prevalência de violência contra esse grupo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019).

moral, dentre outros. A mais recorrente, todavia, é o assédio moral. Os professores aparecem nos relatos como os maiores perpetradores da violência. Mas, o que nos preocupa ainda mais, é o fato de que essas violências são potencializadas pela violência institucional que as pessoas vitimizadas podem sofrer. A sensação de que não adianta denunciar só faz com que a violência se fortaleça. A UFF possui projetos de extensão¹¹ nesta área, mas estes nos parecem ser desconhecidos dos participantes da pesquisa.

Por outro lado, existe também certa incompreensão em relação à temática. Nem todos os comentários foram positivos. De um lado, temos uma visão bastante simplista e de senso comum de que “*Não existe violência de gênero, o que existe é violência [...]*”; ou então a fala de que “*[...] a violência em todas as suas formas e não só de gênero deve ser eliminada*”. Com certeza, concordamos com essa fala, mas isso não significa ignorar a importância de se debater essas questões de modo a retirá-las da invisibilidade onde residem. Uma prática que deriva desta cultura é a tendência a enxergar o debate de gênero enquanto “debate secundário” em relação a temas que seriam mais importantes, como classe social (CARVALHO, 2019; GOMES, 2015).

Porém, queremos concluir nos referindo um pouco mais aos relatos encontrados ao final dos questionários. Muitos destes foram positivos, como os desejos “*que a pesquisa não morra*”; mas também tivemos comentários muito negativos apontando um imenso conservadorismo nas falas dos pesquisados: “*Quando sairá uma pesquisa séria sobre os 70000 homicídios anuais? Quando vocês pararão de impor a ideologia de gênero¹² nas instituições públicas? O que falta?*”. Ou ainda, nesta reflexão, um tanto longa, mas que vale a pena transcrever na íntegra:

É um absurdo a UFF aceitar este tema para uma pesquisa. Pois é um tipo de assunto que não ajudará no desenvolvimento do país, pois não trará nenhum resultado útil para nós, brasileiros. Isso é só mais uma prova de que o departamento de ciências sociais da UFF segue a agenda ideológica da esquerda, a qual levou o Brasil para a situação presente, que é uma merda. Infelizmente, este tipo de atitude não é exclusividade da nossa universidade, mas sim de todas as universidades públicas do Brasil (Funcionário da UFF).

É importante destacar que a pesquisa não partiu “do departamento de ciências sociais da UFF”, mas sim do departamento de Serviço Social, onde nos inserimos. Mas a rotulação da área de humanas como *de esquerda* perpassa o senso comum, mesmo nos lugares onde esse senso comum não deveria ser tão forte. O discurso presente no Movimento Escola sem Partido retorna nessa fala de forma ímpar, ao imaginar os professores vinculados à esquerda de forma doutrinária. Nessa dinâmica, no que concerne o campo de gênero, o discurso do senso comum afirma que nas escolas é ensinada uma *ideologia de gênero*, uma expressão frequentemente usada por aqueles que criticam a ideia de que as relações de gêneros são uma construção social:

O exemplo mais utilizado por esse grupo de pessoas é que, ao propor estudos de gênero nas escolas, estaríamos encorajando as crianças a optarem pela transição de sexo, e demais absurdos – visto que refletir acerca das constru-

¹¹ Ver Carvalho (2019).

¹² Sobre a ideologia de gênero e o Movimento Escola sem Partido, ver Lobo (2019).

ções de gênero é refletir sobre a pluralidade das identidades e o direito de ser quem se é (CARVALHO, 2019, p. 17)

É importante também mencionar que a circulação inicial desse questionário foi antes da eleição presidencial de 2018, onde já se faziam presentes os embates acerca dos estudos de gênero e da suposta ideologia de gênero. Sendo, historicamente, as universidades um espaço de livre circulação de ideias e onde a convivência com a diversidade costuma estar presente, nos causou algum espanto (embora não tanto) falas como essas e a que segue agora: *“Uma Universidade pública de qualidade e renome como a UFF deveria concentrar esforços e “gastar o dinheiro público” com algo mais útil a sociedade que morre de fome [...] Essa pesquisa é realmente muito infeliz.”* Isso significa que olhamos o futuro com uma grande preocupação. Direitos conquistados não são direitos adquiridos, isso a história nos ensinou.

Concluindo

Fazer essa pesquisa nos trouxe muitas vivências importantes, como no momento em que as alunas discutiram, item por item, a montagem do questionário e os termos a serem utilizados, sempre com a preocupação de serem respeitadas com os diversos sujeitos envolvidos, assim como os movimentos sociais que fomos buscar para também nos capacitar. Esse processo resultou num pequeno glossário que as alunas construíram e que demonstram sentir muito orgulho¹³. São momentos acadêmicos que merecem ser ressaltados.

Naturalizamos a violência de gênero porque o sexismo e a LGBTI+fobia são práticas comuns. Assim, o discurso hegemônico se materializa em ações: o ato violento. Falamos aqui de conceitos, mas não podemos esquecer que estes estão encarnados em pessoas reais, com sentimentos e uma vida a ser vivida, pessoas que dividem a mesma sala de aula conosco, estão do nosso lado no refeitório e andam nos campi como nós.

É do respeito a essas vidas que estamos falando. O atual momento de refluxo dos movimentos e do avanço de práticas fascistas, misóginas e LGBTI+fóbicas ratifica a necessidade de falarmos desta temática¹⁴. Queremos apontar que, ainda que o apoio institucional de enfrentamento à violência de gênero exista na UFF, o que é um elemento positivo, é pouco divulgado e atua escassamente na dimensão da prevenção. Se após a denúncia da violência, pouco se faz, menos ainda se faz para prevenir esse tipo de conduta.

As análises, ainda que não possam ser generalizadas, permitiram comprovar a existência da violência de gênero na UFF, e este reconhecimento, tanto dos estudantes e funcionários, quanto da própria instituição, é o primeiro passo para a possibilidade de mudança no comportamento em relação a esta temática. Assim como é indispensável a articulação com a rede de atendimento rumo à igualdade de gênero.

¹³ Cf. Dourado et al. (2017).

¹⁴ A falta de apoio para a continuidade dessa pesquisa já é um indicador disso.

Mas não queremos acabar o texto de forma pessimista, embora, tenhamos que ser realistas. Outra coisa que a história nos ensina é que esta não se faz em linha reta e que as possibilidades de resistência sempre aparecem. Por isso, concluímos com o relato de uma estudante retirado do questionário:

Eu aprecio sua iniciativa de realizar essa pesquisa. É muito importante estudar e divulgar esses acontecimentos, porque não deveriam ser comuns, mas infelizmente, na nossa sociedade está se tornando rotina. Obrigada do fundo do meu coração! Vamos lutar por uma sociedade melhor!"

Assim, embaladas por esse convite à luta é que prosseguimos.

Referências

ALMEIDA, Guilherme S. de. Repercussões sociais da assistência à saúde transexual. *In*: SILVA, Eloísio Alexsandro da (Org.). **Transexualidade**: princípios de atenção integral à saúde. São Paulo: Grupo Editorial Nacional; Ed. Santos, 2012.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília (DF), 1996. Disponível em: link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm#:~:text=Para%20os%20efeitos%20desta%20Conven%C3%A7%C3%A3o,p%C3%ABblica%20como%20ona%20esfera%20privada. Acesso em: 22 jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Monique. **A violência de gênero contra as mulheres na Universidade Federal Fluminense**: Percepções das entidades representativas estudantis dos cursos de Economia e Serviço Social. 2019. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis,

ano 10, 2002.

DOURADO, Larissa Boechat et al. **Glossário da Diversidade**. Rio de Janeiro: Metanóia, 2017.

FREITAS, Rita; BARROS, Nivia. Universidade e produção de conhecimentos – tecendo redes de combate à violência de gênero. *In*: TORRES, Anália; COSTA, Dália (Orgs.). **Estudos de Gênero: diversidade de olhares num mundo global**. Lisboa: ISCSP-UL, 2018.

FREITAS, Rita. Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social – desenhando uma proposta de estudos. **Revista Indagatio Didactica**, Aveiro, v. 5, 2013.

GOMES, Lia R. Tendências da Pesquisa: sexualidade, diversidade sexual, e diversidade de gênero no Serviço Social (2013-2014). Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência: 2019**. Brasília (DF): Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília (DF): 2012.

LOBO, Carla Marina N. das N. **Mulheres professoras e a interseccionalidade interdisciplinar e transversal na prática docente**. Tese (Doutorado em Política Social)- Programa de Política Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Protagonismo dos(as) pesquisadores(as) negros(as) na produção do conhecimento sobre população negra no Brasil. Conferência conferida na abertura. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS (COPENE), 10., Uberlândia, 2018. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

INSTITUTO AVON. **Pesquisa Instituto Avon/Data Popular: Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf/view. Acesso em: 19 ago. 2020.

ROSENEIL, Sasha. Viver e amar para lá da heteronorma: Uma análise queer das relações pessoais no século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 76, 2006.

SANTOS, Ana Cristina. Entre duas mulheres isso não acontece: um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos**, n. 79, 2007.

SANTOS, Nathaliê Cristo R. dos. Violência conjugal lésbica: concepções e relatos de profissionais que atuam na rede de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Niterói. 2016. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, 2016.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, n. 2, 2001.

Rita de Cássia Santos Freitas Trabalhou na concepção e análise dos dados, bem como na revisão crítica do artigo.

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora Titular do Departamento de Serviço Social de Niterói, da Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social-UFF. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental.

Monique de Souza Carvalho Trabalhou na concepção e análise dos dados, bem como na redação do artigo.

Assistente Social, formada na Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGPS/UFF), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Rafaella Musmanno Gonçalves Trabalhou na concepção e análise dos dados, bem como na redação do artigo.

Assistente Social, formada na Universidade Federal Fluminense. Mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGPS/UFF), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
